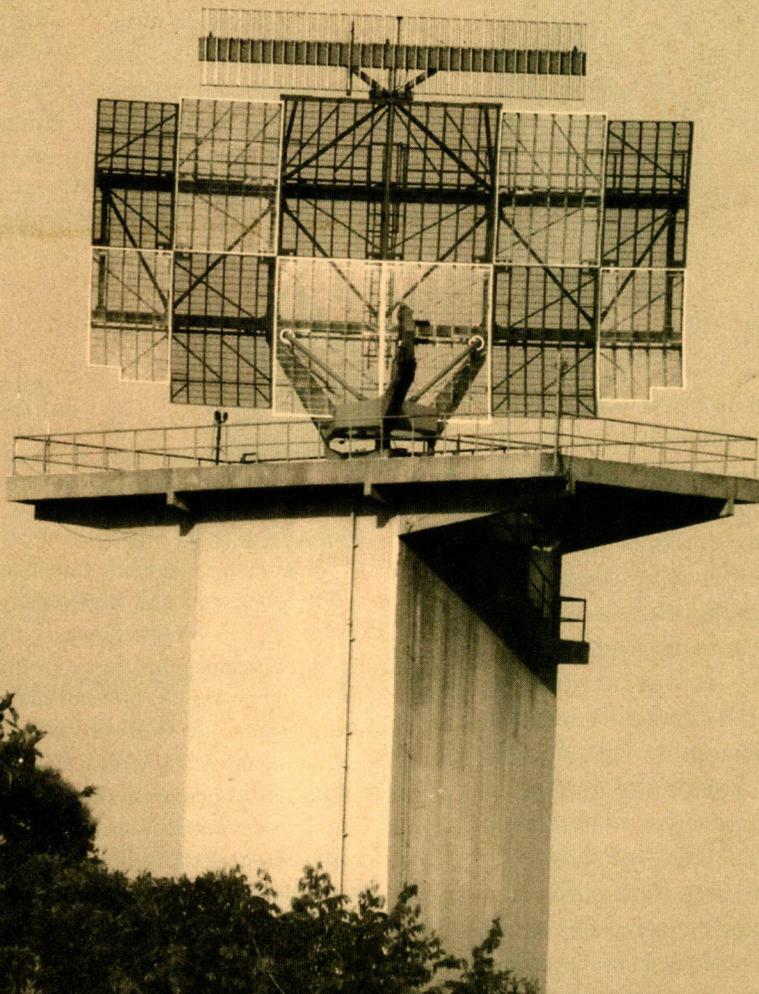


# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 41 - ANO 5 - JULHO DE 1998



Radar do Sivam em São Gabriel da Cachoeira (AM).



**QUEM TERÁ  
ACESSO ÀS  
INFORMAÇÕES  
DO SIVAM?**

**AMAZÔNIA:  
NA MIRA  
DO FOGO  
ACIDENTAL**

**"TRANSPOR  
O RIO SÃO  
FRANCISCO É  
INOPORTUNO"**

**PENDÊNCIAS  
DE PORTO  
PRIMAVERA  
CONTINUAM**

**2** Governo faz cena em reunião sobre o mogno  
Cartas

**3** Ano eleitoral inviabiliza votações

**4** Dez anos de direitos indígenas na Constituição

**5** Políticas contra o fogo na Amazônia

**6** Alta Costura Novo Código Penal incorpora cidadania

**7** Sivam: muitas questões, poucas respostas

**8** Transposição do São Francisco é inoportuna

**9** Coluna *ponto Doc*

**10** Livro retrata exploração do alumínio no Pará

**11** Faltam mitigações ambientais para Porto Primavera  
Vale do Javari tem novos limites

**12** Morre Virgínia Valadão  
Agenda

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO  
30/06/98

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

## JOGO DE CENA SOBRE O MOGNO

ADRIANA RAMOS

### Durante reunião, governo brasileiro defendeu enfoque comercial para o problema

A frase, publicada pela revista *Veja*, em que o engenheiro florestal Evaristo Terezo questionava se a extinção dos dinossauros teria sido boa ou má para a humanidade, fazendo referência ao mogno, não foi a única curiosidade da Reunião do Grupo de Trabalho sobre Mogno, que aconteceu em Brasília, nos dias 3 a 5 de junho.

Na abertura do evento, o mesmo Terezo, falando em nome do governo brasileiro, concluiu que "a sustentabilidade do mogno no Brasil está garantida" e "a instabilidade é causada por informações desconhecidas". Durante toda a reunião, o governo brasileiro tentou demonstrar que os dados sobre a exploração predatória de mogno no Brasil não são tão alarmantes quanto dizem os ambientalistas. O esforço para deslocar a discussão para um enfoque mais comercial e menos ambiental só não refletiu no relatório final da reunião pelo esforço conjunto das ONGs presentes ao encontro e de delegações como a dos Estados Unidos e da Inglaterra.

O representante da Timber Trade Federation (Federação do Comércio de Madeira), da Inglaterra, chegou a ameaçar a interrupção da importação de mogno do Brasil, caso o país não tome medidas concretas de controle da exploração predatória. A apreensão, no último dia 23 de junho, de um carregamento recorde de cerca de mil metros cúbicos de mogno explorado ilegalmente no Amazonas confirma que temos motivos de sobra para desconfiar dos dados otimistas do governo.

#### ANEXO III

O Grupo de Trabalho sobre Mogno foi proposto pelo Brasil durante a 10ª reunião da Cites (Convenção Internacional sobre Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção). Na ocasião, o Brasil se opôs a inclusão do mogno no anexo II da Convenção, proposta pelos Estados Unidos e pela Bolívia. O anexo II lista as espécies que devem ter seu comércio internacional controlado para evitar que entrem em perigo de extinção. O Brasil defendeu a inclusão do mogno no anexo III, que apenas exige um atestado do país exportador sobre a procedência da madeira e não envolve controle internacional por parte da Cites.

A primeira, e talvez única, reunião do grupo de trabalho contou com a participação dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de países produtores e importadores de mogno.

Ausências como a da Costa Rica foram sentidas, tendo em vista sua posição de destaque na questão florestal. Curiosamente figuravam delegações como a da Romênia, que sequer consta da lista dos maiores importadores de mogno. Além das delegações governamentais, participaram como observadores representantes dos setores empresariais da Inglaterra e da Bolívia e de organizações não governamentais. ☐

**CARTAS**

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL OU  
HTTP://WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PARABOLICAS

**REAL É MUITO PIOR**  
A matéria de João Paulo Capobianco (*Parabólicas* 40, junho/98), aponta para a situação crítica da Mata Atlântica, da qual restariam apenas 7,3%. A situação real é muito pior! O levantamento que gerou esta porcentagem é baseado em imagens de satélites e possui inúmeras limitações não mencionadas. Por exemplo, não são detectados desmatamentos seletivos, queimadas rasteiras e caça predatória, tão comuns na Mata Atlântica. Em termos de biodiversidade, com toda certeza, as pequenas nesgas de mata remanescente que se vê na ilustração de *Parabólicas* não têm qualquer sentido. Estamos acostumados a esse tipo de análise por satélite usada oficialmente para minimizar a devastação de nossas florestas. O autor da matéria e *Parabólicas* jamais deveriam endossá-la sem as devidas ressalvas.

Alberto Setzer  
São José dos Campos, São Paulo

**RESPOSTA:** O Atlas da Mata Atlântica não se propõe a avaliar a perda da biodiversidade do bioma em consequência da ação antrópica. Seu objetivo é exclusivamente avaliar o desmatamento, com a melhor técnica disponível. Os números são graves o suficiente para justificar sua divulgação e a mobilização da opinião pública. Quanto à limitação do uso de imagens de satélite para avaliar a real situação da integridade das florestas, o autor da carta está totalmente correto.

## LEIS RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE DEVEM FICAR NA GAVETA

ADRIANA RAMOS

### Ano eleitoral praticamente inviabiliza votações no segundo semestre

A sessão legislativa, que praticamente se encerrou este ano, não conseguiu avançar na aprovação de projetos relevantes para o meio ambiente e as populações tradicionais. Excetuando-se a Lei de Crimes Ambientais e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, não houve nenhuma medida importante nessas áreas que tenha sido fruto de processo legislativo.

Dentre os projetos de lei que vão provavelmente virar o ano sem apreciação conclusiva estão o PL 2057/91, que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas; o PL 3285/92, que regulamenta a utilização da Mata Atlântica; o PL 2892/92, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e o PL 1610/96, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento mineral em terras indígenas. Além destes, o PL que regula o acesso a recursos genéticos, de autoria da senadora Marina Silva, que foi aprovado na Comissão de Educação do Senado, deverá tramitar na Câmara dos Deputados a partir do próximo ano.

Embora estejamos ainda em julho, as perspectivas de votação para qualquer das proposições citadas é quase nula, tendo em vista o calendário da Câmara dos Deputados. No dia 6 de julho inicia-se o recesso regimental, que vai até o dia 30. Depois disso, embora a casa volte a funcionar, os deputados estarão envolvidos com a campanha eleitoral em seus estados e dificilmente haverá quórum para qualquer votação. Durante esse período, chamado de recesso branco, a não ser que haja um esforço de lideranças, não haverá sequer sessão deliberativa. As exceções só ocorrem quando existe alguma proposição de interesse do governo federal, que mobilize deputados candidatos a voltar à Brasília. Nesses casos, raramente a pauta permite a votação de outro projeto que não o prioritário. No final de junho, o Congresso se esforçava para limpar a pauta de proposições pendentes, como o projeto de lei que concederia aumento salarial aos professores universitários. A Lei de Diretrizes Orçamentárias também deveria entrar em pauta antes do recesso, até porque o Congresso é obrigado a votá-la.

#### ADIAMENTOS

O projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não deverá ser votado, embora tenha sido aprovado um requerimento de urgência para apreciação em plenário. Entretanto, para o SNUC, a atual legislatura não foi em vão. Com relatoria do deputado Fernando Gabeira, a redação do projeto foi totalmente reformulada, com base em amplas consultas à sociedade promovidas por meio de audiências públicas.

Trajetória oposta teve o projeto que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas. O substitutivo, aprovado na Comissão Especial da Câmara com texto negociado entre organizações indígenas e de apoio, deputados e representantes do setor empresarial, teve sua tramitação paralisada por recurso apresentado em dezembro de 94 pelo então deputado Artur da Távola, líder do PSDB na época. O requerimento solicitava a votação do PL pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o que seria dispensável, tendo em vista que a comissão que o apreciou tinha poder terminativo. A iniciativa atendia a interesses do então já eleito governo do presidente

Fernando Henrique Cardoso, que promoveu discussões dentro dos ministérios sobre propostas alternativas ao substitutivo aprovado. O recurso sequer foi votado e, durante os últimos três anos, o PL 2057 não sofreu nenhuma intervenção. Nos últimos meses, os deputados José Pimentel (PT/CE) e Luciano Pizzatto (PFL/PR) empenharam-se em derrubar o recurso que impedia a tramitação do PL, reunindo as assinaturas necessárias para a sua retirada. A iniciativa ainda não surtiu efeito e o Estatuto das Sociedades Indígenas corre o risco de terminar a atual legislatura da mesma forma que começou.



Eleições esvaziam Congresso Nacional.

O PL 3285, de autoria do deputado Fábio Feldmann, teve melhor sorte. Iniciou o período legislativo sendo aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, mas não foi encaminhado ao Senado Federal por solicitação do deputado Paulo Bornhausen (PFL/SC), que o avocou para a Comissão de Minas e Energia. A manobra de Bornhausen pretendia alterar no PL a área de domínio da Mata Atlântica, ampliando as possibilidades de exploração e conversão de floresta primária, o que seria um desastre do ponto de vista ambiental. A pressão do movimento ambientalista foi grande e chegou-se a um texto de consenso, que com muita sorte seria votado no plenário da Câmara nos últimos dias antes do recesso. Caso isso tenha ocorrido, na virada do ano o PL segue para apreciação pelo Senado Federal.

O PL 1610, que regula a exploração mineral em áreas indígenas, é de autoria do senador Romero Jucá e foi aprovado pelo Senado Federal. Na Câmara, foi aprovado na Comissão de Minas e Energia e está na Comissão da Amazônia, sem perspectiva de ser votado ainda este ano.

O projeto de lei que regula o acesso a recursos genéticos, aprovado no Senado, encontrará proposta similar na Câmara, por iniciativa do deputado Jaques Wagner (PT/BA). Pelo regimento, a proposta da senadora Marina Silva deverá ter prioridade ao chegar à Câmara, ficando o PL do deputado apenas ao do Senado.

Todas as proposições não aprovadas ao fim de cada legislatura do Congresso são arquivadas. Para que voltem a tramitar, é preciso que os deputados requeiram seu desarquivamento. ☐

# DIREITOS INDÍGENAS: 10 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

MÁRCIO SANTILLI



Em 5 de outubro, a promulgação da Constituição de 88 estará completando dez anos. Embora alterada por dezenas de emendas - as escassas da revisão constitucional prevista e não ocorrida em 93 e as abundantes decorrentes da estratégia reformista do governo FHC -, e questionada em função de futuras modificações pretendidas quanto às questões tributárias, ao voto distrital e à reforma do Judiciário, é inegável que a Constituição de 88 alçou o Brasil a um patamar democrático historicamente raro.

O tratamento dado pela Constituição aos direitos indígenas tem sido considerado como dos mais avançados, na medida em que enterrou de vez a síndrome da "incorporação dos silvícolas à comunhão nacional", formulação em que se fundamentava a perspectiva etnocida da aculturação forçada e da tutela hipócrita, que tradicionalmente confinava os direitos indígenas à provisoriedade. O Capítulo dos Índios da Constituição brasileira antecedeu e favoreceu mudanças constitucionais positivas para os direitos indígenas em outros países do continente, como Colômbia, Bolívia e Paraguai. Estas e outras transformações institucionais compõem um cenário de final de século mais favorável aos projetos de futuro dos povos indígenas que restaram.

Nestes anos, várias propostas de emendas constitucionais desfavoráveis aos direitos indígenas foram apresentadas no Congresso Nacional, mas nenhuma prosperou. Atualmente, as agendas anunciadas de novas mudanças constitucionais já não os envolvem. No entanto, é cedo para considerarmos que esses direitos estão definitivamente consolidados. Dispositivos constitucionais que demandam leis ordinárias (ou complementares), como os que se referem à mineração em terras indígenas, não foram ainda regulamentados. Há projetos de lei perigosos em tramitação no Congresso, que deixam claro que interesses contrariados estão investindo na legislação ordinária. Por outro lado, o projeto de lei do "Estatuto das Sociedades Indígenas", que visa atualizar e substituir o vigente "Estatuto do Índio" (Lei 6001/73), encontra-se paralisado há quatro anos na Câmara dos Deputados, com sua tramitação obstruída por inexplicável orientação da liderança do governo.

Fragmentos de legislação ordinária chegaram a ser aprovados no contexto de outras leis, como a de Diretrizes e Bases da Educação (que reafirmou direito à educação escolar também em línguas maternas), a de Permissão de Lavra Garimpeira (que reconheceu o usufruto exclusivo indígena aos bens minerais garimpáveis) e a de Recursos Hídricos (que assegurou a participação dos índios nos Comitês de Bacias Hidrográficas).

## MINISTÉRIO PÚBLICO

Houve avanços importantes no papel desempenhado pelo Ministério Público Federal (MPF) em cumprimento às competências constitucionais referentes à defesa dos direitos indígenas. O MPF tornou-se referência fundamental nos processos judiciais pertinentes e ocupou espaço através de iniciativas extrajudiciais que buscaram soluções

para situações específicas, mobilizando as autoridades administrativas competentes. Porém, excepcionalmente, houve também iniciativas negativas para os índios por parte de alguns membros do MPF que não chegaram a compreender o papel que lhes fora atribuído pela Constituição.

No Judiciário, muitas liminares e sentenças favoráveis aos índios foram obtidas, tanto em ações movidas pelo MPF quanto em ações propostas pelos próprios índios, através de advogados constituídos, o que garantiu efetividade à capacidade processual própria dos índios, instituída no artigo 232 da Constituição. Porém, houve decisões negativas, proferidas por juízes ou tribunais conservadores que, indevidamente, subordinaram os direitos indígenas ao direito de propriedade e criaram tensões perigosas, que ensejaram posturas governamentais de alto risco, como na edição do Decreto 1775/96, que alterou os procedimentos administrativos para a demarcação das terras indígenas.

Ainda assim, houve avanços no reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas. Embora ainda muito aquém da determinação das disposições transitórias da Constituição, que previam a conclusão das demarcações cinco anos após sua promulgação, nos últimos dez anos a União demarcou duas vezes mais terras indígenas que ao longo do resto da história. Temos 317 terras indígenas com os seus processos demarcatórios concluídos, o que representa 56,5% do número de terras (563) e cerca de 70% do que estima ser sua extensão total (mais de 102 milhões de hectares). Outras 77 terras (13,5% do total) estão identificadas ou em processo de demarcação.

Por outro lado, o Estado não se modernizou e a Funai é uma caricatura do sucateamento dos poderes públicos. Não consegue desenvolver projetos consistentes junto às comunidades indígenas. Não protege adequadamente as terras indígenas - muitas das quais, mesmo demarcadas, continuam sendo invadidas. Continua presa à perspectiva de órgão tutelar, com o agravante de ter convertido a figura jurídica da tutela numa subversão cartorial, prejudicial ao espírito da Constituição e ao direito de autodeterminação dos povos indígenas. Outros órgãos da administração pública, como o Ibama, a Fundação Nacional de Saúde e as Secretarias Estaduais de Educação, estão ainda muito distantes de exercerem as suas responsabilidades legais em relação às demandas indígenas.

Enquanto as ações do Estado se deterioram e a situação econômica se torna mais difícil, os índios vão se virando. Sempre que possível, buscam estabelecer novas relações de parceria e começam a conquistar espaços de interlocução com novos projetos governamentais (como o PP-G7) e com um sem número de instituições públicas e privadas, mostrando que, na prática, a tutela é letra morta. Talvez os índios tenham saudade do passado remoto, anterior aos processos coloniais. Talvez esperem mais da sociedade dominante, que tanto lhes arrancou nos últimos 500 anos. Mas não têm razões para querer retornar ao estágio anterior à Constituição de 88 que, apesar de todas as ambigüidades dos nossos tempos, plantou a semente de um Brasil mais justo nas suas relações com os primeiros povos desta terra. ■



Índios no Congresso, na época da votação da Constituição.

BETO RICARDO/ISA

# PREVENÇÃO ÀS QUEIMADAS ACIDENTAIS NA AMAZÔNIA

JOSÉ HEDER BENATTI E ANA CRISTINA BARROS

A discussão dos problemas do fogo na Amazônia mostrou que a elaboração de políticas públicas para a região pode contar com informações de pesquisa e processos participativos de decisão, substituindo as decisões centralizadas, autoritárias e afastadas da realidade. De início, foi importante perceber que o fogo na Amazônia incorpora dois fenômenos distintos: fogo usado como ferramenta agrícola e o fogo acidental. O primeiro, usado para desmatamento e manejo de agropecuária, merece uma discussão de longo prazo, pois a tradição do uso do fogo é muito difundida na região e essencial para o trabalho da terra na ausência de outras técnicas. Enquanto isso, o fogo acidental, responsável por metade da área queimada na Amazônia, merece tratamento emergencial. Antes de atacar este problema com regulamentos e perspectivas de técnicas inovadoras, é preciso perguntar: por que produtores estão perdendo pastos, lavouras e florestas sem reagir? Eles desconhecem o problema? Desconhecem as soluções? Ou será que eles consideram que os benefícios da prevenção não são superiores aos seus custos?

As respostas a essas perguntas deveriam nortear as ações contra o fogo acidental, dado que este não é interessante a ninguém. Além disso, a sociedade civil deu o primeiro passo na abertura do diálogo, com a realização de um workshop em Belém, organizado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia (Ipam), sobre prevenção de queimadas na Amazônia. O objetivo do encontro foi disseminar informações sobre queimadas e trocar idéias para a solução do problema, estabelecendo uma prática de discussão participativa de políticas para a região. Mais de 20 organizações de base produziram a "Carta de Belém contra o fogo acidental", cuja solicitação primeira era o diálogo

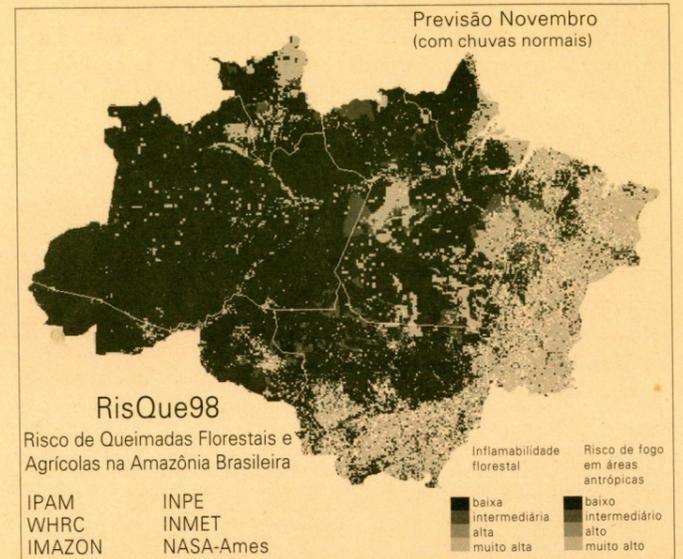
com governo federal para a construção de uma proposta de ação. Antes de "decretar" qualquer política é preciso conhecer de forma mais abrangente o porquê do fogo acidental.

Outra contribuição da sociedade civil foi a elaboração de um mapa de risco de fogo para a região. O RisQue98 foi elaborado a partir de bases de dados de diversas instituições e do modelo de inflamabilidade de floresta do Ipam, fruto de experimentos de campo. Áreas de risco foram identificadas a partir do regime de chuvas local, do tipo de solo, histórico de queimadas, intensidade da exploração madeireira e tipo de vegetação (veja a homepage do Ipam: <http://www.ipam.org.br>). O mapa, apresentado pelo Ipam em audiência pública no Congresso Nacional em 28 de maio, pretende nortear políticas emergenciais que orientem produtores na prevenção dos acidentes.

O mapa poderia ser utilizado pelo governo para priorizar a atualização de sua base de informações sobre os usuários dos recursos naturais na Amazônia, para que, então, se iniciasse a elaboração e a implementação de políticas adequadas para a região. Um estudo de campo do Ipam, de 96, indicou que as queimadas acidentais de maior impacto têm início fora da propriedade acidentada (ou seja, no vizinho!), e que o fogo ocorre indiscriminadamente em propriedades de todos os tamanhos. Logo, qualquer ação para evitar o fogo acidental deve partir do princípio de que é preciso ter conhecimento de campo, com uma atuação participativa e informativa, e não simplesmente coativa. ■

*José Heder Benatti é professor de direito pela UFPA, pesquisador associado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e coordenador do Programa Políticas Públicas do Ipam.*

*Ana Cristina Barros é bióloga, coordenadora executiva do Ipam.*



## MINUTA DO DECRETO DE QUEIMA CONTROLADA

A proposta do Decreto de Queimadas, que deve ser publicado em breve no Diário Oficial da União, é adequada e consegue ser mais ampla do que o Decreto nº 97.635/89, que irá substituir. Porém, deve-se levar em consideração que é uma análise feita a partir da minuta de um decreto de queima controlada, que regulamenta o parágrafo único do art. 27, da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal). Além disso, contém elementos da Portaria IBDF N.º 231-P/88. Observando esse limite, podemos examinar a minuta nos seus aspectos gerais, que provavelmente estarão contidos no Decreto, mas que, no entanto, possui duas imprecisões que podem comprometer a sua eficácia:

1) O Decreto define que a solicitação da autorização de queima controlada deverá ser encaminhada ao órgão do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), entretanto, não fixa qual o órgão. Além disso, não estabelece critérios sobre qual organismo do Sisnama terá "prioridade" em conceder a autorização. O primeiro problema pode ocorrer quanto ao conflito de competência de jurisdição, já que na área ambiental a competência é concorrente. O segundo é em relação as condições materiais e humanas para atender às solicitações. Na realidade amazônica, se o Ibama ou os estados assumirem a tarefa podem ficar longe das áreas onde ocorrem as queimadas. Quanto aos municípios, estes não têm estrutura para realizar as vistorias e dar as orientações técnicas necessárias.

2) Ligada a questão anterior, acreditamos que seria mais eficaz que tivéssemos dois órgãos outorgando a autorização: o município, responsável em conceder a autorização para pequenos imóveis rurais (posse ou propriedade); e o Estado responsável pelas autorizações que necessitam de vistoria prévia. Por se tratar de um sistema, pode-se ter o controle das autorizações nos três níveis (municipal, estadual e federal) pelo Ibama.

As novidades do Decreto são: a queima solidária, a suspensão temporária do emprego do fogo e a redução gradativa do emprego do fogo no manejo de cana-de-açúcar. Contudo, devemos realçar que a questão fundamental não é a edição do Decreto, mas sim a elaboração de uma política pública ambiental que envolva as diversas instâncias governamentais e a sociedade civil.

• **Bananas** - *Ecologistas cariocas estão pedindo a revogação do decreto que desapropriou, para fins de reforma agrária, a Fazenda Santa Fé - uma área de 4,3 mil hectares situada entre duas unidades de conservação na região de Nova Friburgo (RJ). O pedido veio depois que alguns assentados foram surpreendidos derrubando Mata Atlântica em regeneração para plantar bananas. Contrariados com a atitude, os agricultores prometeram receber os ecologistas à bala na próxima visita.*

• **Para demarcar** - O ministro da Justiça, Renan Calheiros, assinou no último dia 26/06/98 portarias declarando de posse permanente dos índios quatro terras situadas na Amazônia. As áreas Kampa do Igarapé Primavera (com 21.800 hectares) e Xaxinawá da Praia Carapanã (com 61.307 hectares) estão situadas no Acre. As áreas Chão Preto (8.060 hectares) e Ubawawe (51.900 hectares), no Mato Grosso, compõem um todo contíguo com a terra indígena Parabubure, uma antiga reivindicação dos índios Xavante. As portarias determinam, ainda, a demarcação das quatro áreas pela Funai.

• **Ajuda, só de fora** - Acossados pelos efeitos da seca e do incêndio que fulminou suas roças, os índios de Roraima resolveram driblar a falta de apoio federal e estadual apelando para entidades de cooperação internacional. No final de maio, acertaram um repasse de R\$ 1,2 milhão levantados pelas ONGs France Liberté, Oxfam (Inglaterra), Movimondo (Itália) e Médicos Sem Fronteira (Holanda) junto ao Echo, o Departamento Humanitário da Comunidade Européia. Os fundos serão aplicados em programas a serem desenvolvidos nas áreas indígenas localizadas no Lavrado roraimense, área mais castigada pelas chamas.

• **Metais pesados** - Usual manipulador de metais pesados, por força inerente à atividade, o Instituto de Química da USP foi procurado no último mês de junho por duas pesquisadoras preocupadas em dar destino adequado a um recipiente conten-

do cádmio usado para análises de água em estudos no Vale do Ribeira. A resposta dada pelo Instituto surpreendeu: "aqui, ou se guarda no armário ou se joga na pia".

• **Estrada na floresta** - Terminou dia 15 de junho a escavação do primeiro túnel da Rota do Sol, estrada que vai ligar a serra ao litoral norte gaúcho, passando dentro de uma reserva ecológica. O governador Antônio Brito detonou os 200 quilos de explosivos utilizados para remover uma parede de três metros de terra, na subida da Serra da Pinto. Os ecologistas temem que a conclusão da estrada coloque em risco os remanescentes de Mata Atlântica, já que o levantamento da SOS Mata Atlântica (em convênio com o INPE e o ISA) mostrou que, entre 90/95, a região de Caxias do Sul, na serra gaúcha, foi a campeã de desmatamento no Rio Grande do Sul.

• **Visitação proibida** - O Parque Nacional dos Aparados da Serra (RS) voltou a ser fechado por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre. A medida foi tomada dia 18 de junho pelo juiz Amir José Finocchiaro Sarti que aceitou os argumentos da Procuradoria da República. A falta de condições de segurança para visita e de mecanismos para manutenção desta UC, justificaram a decisão. No final de maio, a área já havia sido declarada imprópria à visitação, mas foi liberada graças a recurso do Ibama.

• **Decisão esperta** - Alegando cumprimento de "promessa eleitoral", o presidente FHC inverteu o cronograma de obras da hidrovía Araguaia-Tocantins. Os recursos que seriam alocados para as obras de melhoria da navegabilidade dos rios das Mortes e Araguaia serão destinados para a construção das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí. Com a medida o governo transpõe dois problemas: afaga o PMDB paraense (de Jader Barbalho) e se desvia de liminar obtida pelo Instituto Socioambiental (ISA), que interrompeu as obras da hidrovía.

## Anteprojeto receberá sugestões até agosto

O anteprojeto do novo Código Penal traz várias inovações na definição de crimes contra a humanidade, a cidadania e minorias étnicas, religiosas e sociais. O anteprojeto foi elaborado por uma Comissão de Juristas criada pelo Ministério da Justiça para rever o atual Código Penal (que é de 1940) e apresentar uma nova proposta utilizando-se dos esboços já feitos por comissões anteriores. Publicado no Diário Oficial da União no dia 25 de março, o anteprojeto estará recebendo críticas e sugestões de quaisquer interessados até o dia 31 de agosto.

O Código Penal em vigor caracteriza-se por definir essencialmente crimes contra o patrimônio (furto, roubo etc.) e crimes contra pessoas, sejam eles contra a vida, a honra ou a liberdade individual. Pouca atenção é dada aos crimes praticados contra bens ambientais e sociais, de natureza coletiva e sem repercussões patrimoniais ou econômicas diretas. Tal omissão foi parcialmente suprida com a recente edição da Lei de Crimes Ambientais. Embora de forma ainda incipiente, o anteprojeto cria novos delitos, que não constam do Código em vigor, buscando criminalizar condutas lesivas a direitos sociais. ☒

### OS "NOVOS CRIMES" DO ANTEPROJETO

**Crimes contra comunidades indígenas** - São criados os crimes de:

- invasão de terras indígenas: sujeito à pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa;
- realização de pesquisa ou lavra mineral em terras indígenas sem autorização legal: sujeito à pena de reclusão de 2 a 5 anos;
- exploração ilegal de recursos naturais de terras indígenas, ou indução dos índios a explorá-los: sujeito à reclusão de 2 a 5 anos e multa.

**Crimes contra a cidadania** - São criados os crimes de:

- atentado a direito de manifestação (impedir manifestação pacífica de partidos ou grupos políticos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos): sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos;
- violação discriminatória de direito ou garantia fundamental (impedir, por qualquer forma de discriminação ou preconceito, o livre exercício de direito assegurado pela Constituição): sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos.
- associação discriminatória (organizar associação a fim de pregar discriminação ou preconceito) sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos;
- fabricação, comercialização de símbolos, emblemas, distintivos ou propaganda destinada à propagação de doutrina racista ou atentatória à liberdade: sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos.

**Crimes contra a humanidade** - Além do crime de genocídio, já previsto em lei específica, são definidos os crimes de:

- tortura (torturar alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental): sujeito à pena de reclusão de 4 a 8 anos;
- condescendência com a tortura e sonegação de informação (deixar o carcereiro de comunicar ao juiz a transferência de pessoa presa para outro estabelecimento ou para outro local): sujeito a detenção de 6 meses a 2 anos.

## Sivam não pode ser mais uma "caixa preta", fora do controle da sociedade

Está aí de novo a Amazônia no olho do furacão. Por muitos motivos. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria sobre as preocupações ambientais da população brasileira mostrou que, para quase 50% dos habitantes da Amazônia e do Centro-Oeste, o principal problema está na devastação das florestas.

É uma preocupação que tem razões sólidas. Ainda há poucas semanas, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) reafirmou a possibilidade de uma "superqueimada" este ano, num arco de florestas com mais de 200 mil Km<sup>2</sup> - do Pará a Rondônia, incluindo partes do Tocantins e de Mato Grosso. Neste período do ano, com a seca agravada pelo El Niño, essa vasta extensão já estaria extremamente vulnerável por causa da extração seletiva de madeiras nobres, que abre clareiras e picadas na floresta, prejudica parte da vegetação baixa (que seca), facilita maior penetração de luz e calor e reduz a umidade. Criam-se condições para que qualquer queimada em propriedades próximas se alastre em alta velocidade pela floresta.

No ano passado, foram detectadas pelo menos 1.440 grandes queimadas florestais na Amazônia. Este ano, poderia ser muito pior. O Ibama anunciou haver iniciado em maio a Operação Macaúá, para fiscalizar e impedir, com 136 fiscais, seis barcos e dois helicópteros, os desmatamentos ilegais e queimadas nos 3,7 milhões de Km<sup>2</sup> de florestas, inclusive no arco mencionado. Conseguirá? Parece muito difícil. No ano passado, as operações desse tipo conseguiram autuar por desmatamentos e queimadas irregulares em pouco mais de 40 mil hectares, ou 420 Km<sup>2</sup> - quando o desmatamento, segundo estimativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, atingiu mais de 13 mil Km<sup>2</sup>. Ou seja, a ação nesse campo chegou a pouco mais de 3% da área atingida.

### DESMATAMENTO

Não bastasse esse nível de problema, também não se consegue avançar na discussão de outro grave ângulo, levantado no recente relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que apontou o processo de reforma agrária na Amazônia como um dos principais vetores de desmatamento - mais de 250 mil Km<sup>2</sup> -, já que quase 90% das terras destinadas nos últimos 30 anos a esse fim estão na Amazônia. Os órgãos envolvidos no processo, pelo lado dos que reivindicam terras, têm-se recusado a discutir o assunto e exigem a retirada dessas conclusões do relatório. Do lado governamental também prevalece o silêncio. A discussão sobre o programa de exploração de florestas nacionais - quaisquer sejam seus méritos ou deméritos; a controvérsia é forte - parece empacada, depois de enfrentar obstáculos na Justiça. Com todas essas questões sobre a mesa, continua-se a anunciar a abertura de novos "eixos de desenvolvimento" na região, paralelos aos "corredores ecológicos" planejados. Mesmo conhecendo o resultado devastador de iniciativas dessa natureza, como se tem visto no Centro-Oeste e na própria Amazônia.

Coincidência ou não, neste mesmo momento se observa uma ofensiva de relações públicas a respeito do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Reportagens em revistas e jornais, home pages, vídeos institucionais, histórias em quadrinhos, aproximações com organizações não-governamentais e outras iniciativas, tentam lançar uma luz favorável sobre o sistema, que tanta controvérsia causou quando das denúncias de irregularidades em sua licitação.

A estratégia de relações públicas põe em destaque as possibilidades de um sistema que contará com 87 estações meteorológicas, 19 radares fixos e 6 móveis, 32 unidades de vigilância e telecomunicações, 3 esquadrões de aviões Tucano, mais 8 aparelhos de sensoramento, sensores térmicos etc. E tudo isso ligado a satélites e outras tecnologias de ponta, capazes de permitir o controle seguro do tráfego aéreo, o conhecimento do subsolo, o monitoramento do clima e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade e a fiscalização de queimadas e desmatamentos, entre outras possibilidades. É muita coisa. Mas abre interrogações.

A primeira é de natureza operacional. De posse de todas essas informações, que poderão fazer os órgãos governamentais para impedir, por exemplo, as queimadas e o desmatamento ilegais? Em que estrutura de repressão se pensa? Ou, como já perguntou alguém, ficaremos limitados a assistir a desmatamentos e queimadas via satélite, já que o Brasil não dispõe de um só avião para combater incêndios e o número de fiscais em terra é quase insignificante?

### CONTROLE DE ACESSOS

A segunda interrogação é de natureza mais política. Num sistema capaz de disponibilizar tantas informações estratégicas e comerciais, quem terá o controle dos acessos? Quem terá poder de dizer que informações entram no sistema e quem pode ter acesso ao que entrar em seu banco de dados? Exemplos esquemáticos podem ajudar a entender. Obviamente, o conhecimento do subsolo abrirá possibilidades extraordinárias no campo da mineração. O que será feito dessas informações? Quem terá acesso a elas? Como? A pergunta vale para o campo da biodiversidade, da informação meteorológica e climática, militar e todas as áreas.

O controle da "saída" de informações desperta outra interrogação. Digamos, num exemplo hipotético, que o sistema de vigilância detecte a invasão de uma área indígena por uma madeireira. Informações complementares, das unidades terrestres, acrescentam que se trata da madeireira tal, de propriedade de uma pessoa da família de um parlamentar que ocupe importante posição no Congresso, na hora de votar projeto decisivo. Quem terá o poder de liberar (e para quem) ou reter essa informação?

São questões políticas e econômicas complexas. E preocupantes, diante da informação dos implantadores do Sivam de que ainda não foi definida a política de disponibilização de informações - os critérios serão fixados pela CCSivam, isto é, pela comissão coordenadora da implantação. Quem integra a comissão? Representando o quê? Escolhido por quem? Convém lembrar que a primeira fase de operação já está prevista para o ano 2000.

Se ainda não foram definidos os critérios, parece ser um bom momento para abrir uma discussão com a sociedade e seus vários segmentos - econômico, político, ONGs, instituições que a representam (advogados, engenheiros, cientistas, etc.). Não será fácil definir esses critérios, tantas as complexidades e os interesses em jogo. Mas o Sivam não pode ser mais uma "caixa-preta", fora do controle social. O atual esforço de "venda" do Sivam à sociedade poderia ser ampliado, para abrir uma discussão em torno desses pontos. ☒

Washington Novaes é jornalista.

(Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 12/06/98)

## Para especialista, falta de gerenciamento torna transposição do São Francisco inoportuna

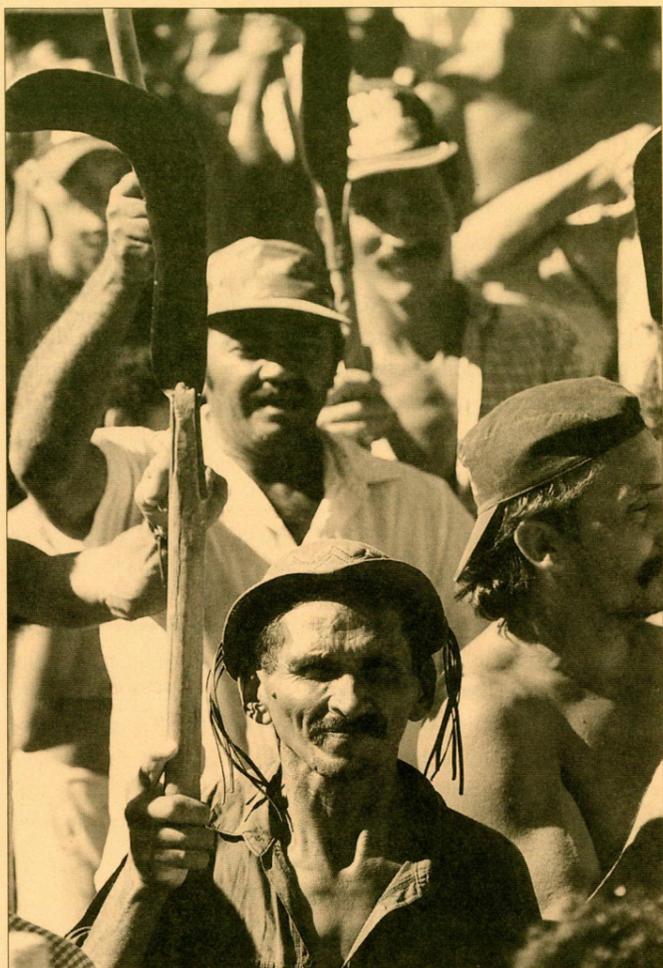
Ao contrário do que os apologistas do projeto de transposição das águas do rio São Francisco alardeiam, não falta água para atender a atual demanda no semi-árido nordestino. Para o professor Aldo Rebouças, especialista em recursos hídricos, o que falta é gestão do uso da água e do solo. Ex-docente do Instituto de Geociências (USP) e doutor pela Universidade de Estrasburgo (França), ele defende, nesta entrevista, que soluções megalomânicas, como transpor as águas do rio São Francisco, não alterariam a desolação do semi-árido nordestino. Pior, podem criar o mito de que não há solução para a seca na região.

**Parabólicas:** O engenheiro Ednardo Cardoso, da VBA Consultores, empresa contratada pelo governo federal para detalhar o plano, afirma que a disponibilidade de água no semi-árido não é "provável nem comprovável". Afinal, falta ou não água no semi-árido nordestino? Na realidade, o que falta na região é gerenciamento. Se a água fosse gerenciada, haveria condição de superar os problemas atuais. Mas, o problema do gerenciamento passa por um problema básico da região: educação. Numa região com quase 70% de analfabetos, é muito difícil proceder um gerenciamento. Para fazê-lo é preciso ter matéria-prima e gente preparada, com o mínimo de instrução para se engajar num processo de uso e conservação da água.

**Parabólicas:** Portanto, há disponibilidade de água, hoje, no semi-árido.

Em tese, há água suficiente. Tomemos a bacia do rio Jaguaribe (Ceará), por exemplo. Se considerarmos os dados internacionais, um habitante do Jaguaribe tem tanta água quanto um habitante da França. O problema é que o uso dessa água no Nordeste exige muito mais controle do que na França, porque o clima lá é mais ameno e a chuva é melhor distribuída, enquanto que nós temos chuva muito mal distribuída ao longo do ano. Precisamos ser muito mais competentes no gerenciamento do uso da água do que um francês. Israel tem uma situação muito mais precária que a nossa, mas conseguiu superar sua deficiência de água porque tem um gerenciamento e não tem analfabetismo. Irrigação é uma atividade econômica, não é assistencialismo. Outra coisa: não se pode cultivar arroz numa região semi-árida porque é uma cultura que exige muita água, criando situações extremamente impactantes. Todas as culturas de subsistência são altamente dependentes da ocorrência de chuvas. Teríamos que selecionar a cultura mais adequada, orientar para que ela seja feita de forma racional e para que garanta produtividade.

**Parabólicas:** É, então, também um problema de gestão de uso do solo... Do solo e da água. A forma de trabalhar a terra e a água na região é paleolítica, diferindo apenas pelo uso de instrumentos de metal; é uma produção de baixíssimo rendimento. A agricultura deve ser praticada para vender, para gerar renda. Então, em vez de plantar arroz no semi-árido se deveria produzir frutas e outras culturas adequadas para poder gerar renda e, com ela, comprar arroz de outros lugares.



Seca e fome: cultivos inadequados agravam a situação.

**Parabólicas:** Nesse cenário, seria dispensável fazer a transposição das águas do rio São Francisco?

Eu diria que não seria dispensável no longuíssimo prazo; porém, é inoportuno fazer agora. Antes de construir o canal (desde o rio São Francisco), nós precisaríamos alterar completamente a estrutura fundiária, de produção, e sobretudo preparar o homem para usar essa água. Ela só seria necessária desde que se esgotasse o recurso existente de maneira a justificar a chegada do canal como um fator de gerenciamento econômico, como parte de uma política de produção.

**Parabólicas:** O governo federal anunciou que vai executar a obra. Que risco a transposição do rio São Francisco comporta?

O risco é muito grande. Hoje nós temos 2 mil metros cúbicos de água passando no ponto do rio São Francisco onde a água vai ser desviada (em Cabrobó, Pernambuco). Nós vamos desviar essa água e fazê-la passear dois mil quilômetros até chegar no oceano, gerando desperdícios, evaporação, salinização etc. O canal vai levar água ao longo dos eixos, mas a seis quilômetros dali a situação de miséria vai permanecer igual. Ela só vai estar acessível àquela população que estiver ao longo dos eixos e,

mesmo assim, se esta estiver preparada para recebê-la. Temos provas disso: o açude de Orós (Ceará) ficou 20 anos sem qualquer uso porque não tinha como tirar água dele. Em 1978, instalaram a chamada tomada d'água e, hoje, ele libera água que pereniza 250 km do rio Jaguaribe, onde permanecem a pobreza, as frentes de trabalho, os saques e tudo isso. Ou seja, Orós não induziu uma alteração no padrão de vida da população que mora ao longo do rio porque essa população não foi preparada para receber a água. Outro problema é que o homem da região havia sido acostumado a trabalhar plantando na vazante. Ora, se o rio fica perene, acaba-se com a vazante, acaba-se com a maneira de produzir. Portanto, vai haver um impacto na base de produção (tradicional). E há também outros impactos: o rio Jaguaribe seca de dois a cinco meses por ano, quando os veículos, os tropeiros e animais cruzam seu leito seco. Com o rio perenizado, esse tráfego vai precisar de pontes. A meu ver, criou-se uma solução política imediatista, muito boa para gerar votos, mas que a médio e longo prazo não trará aquilo que se esperava. Se fracassar, vai ser criada uma imagem de que a seca não tem solução.

**Parabólicas:** A empresa contratada pelo governo afirma que a água a ser transposta terá que ser cobrada dos consumidores. Como famílias empobrecidas vão pagar pela água?

Esse é um problema da nova "Lei das Águas" (Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), que estabelece que vai haver o usuário pagador. Será necessário fazer um plano de gerenciamento do rio São Francisco, criando uma agência da bacia do rio São Francisco, formada por associações de usuários. São essas pessoas que vão ter, de fato, autoridade para determinar o que fazer com a água; se for detectado um excedente, eles poderão vendê-lo. Como eles vão pagar pela água, o excedente vai ser cobrado, pois não se justifica dar essa água a outros. Ora, se o habitante do Jaguaribe não está conseguindo superar suas dificuldades com a água de graça, como é que ele vai mudar sua situação pagando pela água que usa, mesmo que seja um preço simbólico? Não tem sentido. O que vai acontecer? Na hora que o São Francisco exportar água para a bacia do Jaguaribe e o habitante de lá não puder pagar por essa água, alguém vai ter pagar: ou o governo federal vai pagar, ou vai abrir um crédito para o governo estadual pagar quando puder. Vai se criar uma relação de dependência financeira que vai gerar uma dependência política. No dia em que os "proprietários" da bacia do São Francisco tiverem um pleito e precisarem do voto do Jaguaribe vão dizer: "olha, gente, ou você vota conosco ou nós cobramos a conta". Numa conferência na Bahia eu levantei esse aspecto, e um senador disse que não podia cobrar pela água de uma população que não pode pagar. Um outro respondeu: "Não é para pagar não, senador. É para ficar devendo..."

**Parabólicas:** Há uma série de alternativas de baixo custo que minoram os impactos da seca, como as barragens subterrâneas. São boas soluções?

São boas. Nós valorizamos muito o grande projeto e não damos apoio aos pequenos, que têm um alcance muito maior pois, somados, podem dar praticamente solução ao problema. Na minha opinião, basta de diagnóstico: nós já sabemos onde estão e quais são os problemas. O que precisamos é resolvê-los: continua o desperdício, continua o mal uso. Falta gestão, falta educação. ☒

## CÓ CORÓ COCÓ

As pesquisas de opinião indicam que Paulo Maluf anda desgastado nas intenções de voto para eleição de governador em São Paulo. Segundo o Datafolha, Francisco Rossi, candidato do PDT, conquistou a liderança no Estado com 28%, passando Maluf com 26%, Covas com 14% e Marta Suplicy com 11%. Tudo bem. Não é preciso levar esses números muito a sério porque todos sabem que eles vão mudar. O interessante é que Rossi passou a liderar na capital, onde tem 30% das intenções de voto, avançando sobre o eleitorado de Maluf. Aparentemente, o índice de rejeição do ex-prefeito aumentou.

Teriam os frangos cacarejado? No dia 22 de junho, a Polícia encerrou o inquérito sobre as compras de frango feitas pela Prefeitura, em 1996 e 1997, nas administrações Maluf e Pitta, concluindo que "qualquer irregularidade no processo de licitação seria de responsabilidade da Secretaria Municipal de Abastecimento". Seria.

Que raio de conclusão é essa? O delegado Hércules Crespi Filho, apenas citou a Secretaria Municipal de Administração como responsável pela "adequação de preço" dos frangos, autorizada por Pitta (secretário de Finanças) e pela secretária de Administração, Helena Zockun (que já deixou o governo). E pronto. Negócio legal. Ninguém indiciado.

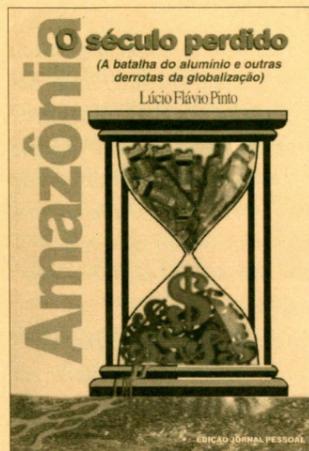
Sabe qual a operação? Em 1996, a Secretaria de Abastecimento abriu licitação para comprar frangos. A Frigobrás (Grupo Sadia) ganhou a concorrência, oferecendo R\$ 1,66 pelo quilo do produto. A empresa D'Oro Alimentícia ficou em segundo lugar, com R\$1,73. Entretanto, três meses depois, a Frigobrás pediu aumento para R\$1,75. Aí, a Prefeitura negou e contratou a D'Oro pelos R\$1,73. Essa foi a "adequação de preço".

Mas sabe de quem era a D'Oro? Ora, de Fuad Luftalla, cunhado de Maluf (irmão de sua esposa, Dª Sylvia), que vendeu à Prefeitura 823 toneladas de frango congelado, faturando R\$1,4 milhões. E sabe de quem Luftalla comprou os frangos vivos, para abater e congelar? Ora, ora, da empresa Obelisco Agropecuária, que vendeu 1,84 milhão de frangos, faturando R\$ 1,72 milhão. E de quem é a Obelisco? Ora, ora, ora, de Sylvia e Lygia Maluf, mulher e filha do ex-prefeito, presidida pelo marido e genro Maurílio Cury. Quer dizer, a Prefeitura comprou o frango congelado do cunhado do prefeito, que comprou o frango vivo do próprio prefeito; quer dizer, de sua mulher e filha. Super ético.

Mas guarde o espanto. Chamados à Polícia do Consumidor, no dia 10 de junho, Maluf e Dª Sylvia depuseram durante três horas. Sabe o que o ex-prefeito teve coragem de dizer para o ilustre delegado? Que "não sabia" que a D'Oro pertencia ao cunhado Fuad, tendo sido informado pela imprensa. Não sabia! Coitado, você sabe, são tantos os negócios. Dª Sylvia disse que ignorava tudo e que quem mexia com a empresa era o genro.

Imagina a cara histriônica de Maluf proclamando inocência. O Estadão caiu matando em editorial, lembrando que o ex-prefeito sempre "cantou em prosa e verso, em reuniões sociais, nem sempre restritas, as qualidades empresariais de sua esposa, que administrava tão bem a empresa que faturava milhões com os frangos que vendia. Só não mencionou quem pagava as faturas". Era ele mesmo. ☒

## Livro mostra a história da exploração do alumínio no Pará



*Amazônia - O século perdido (A batalha do alumínio e outras derrotas da globalização). Edição Jornal Pessoal (tel. 091-223-1929), Belém, 1997, 160 páginas.*

A Amazônia, ao longo de sua história, tem assistido passivamente a exploração de suas riquezas para atender a interesses econômicos alheios a seu território e sua população. Assim foi com o ciclo da borracha no final do século passado, que, com a decadência, apenas deixou como herança - em Belém e Manaus - o fausto arquitetônico daquela época e a riqueza de parte de suas elites, que bem atenderam aos controladores do processo de exploração.

A partir da década de 60, novo ciclo econômico teve início, sustentado pela exploração de seus recursos florestais - exportação da madeira - e de seu subsolo - mineração e metalurgia, basicamente do alumínio.

Lúcio Flávio Pinto, em *Amazônia - O século perdido*, através do testemunho de artigos jornalísticos dos últimos 15 anos, nos mostra como é tecida a teia que amarra a Amazônia, e sua sociedade, a essa condenação submissa. Em um século, mudaram os cenários político-econômicos e os atores, mas permanece a mesma trama de domínio, cujos roteiros sempre são elaborados a milhares de quilômetros de seu território, nos centros

mais desenvolvidos do sul do país ou no exterior.

A passagem dos anos não anestesiou o sentimento de repulsa de Lúcio Flávio pela realidade política, econômica e social em que vive. Mesmo sofrendo uma censura empresarial muito mais tirana que a que lhe foi imposta pela ditadura militar, continua sendo uma das poucas vozes do jornalismo brasileiro a se levantar contra a violência do processo de subjugar economicamente as regiões pobres ou em desenvolvimento do mundo, que na Amazônia adquire uma pintura mais trágica, pela imensidade de seu território, pela sua biodiversidade e pela riqueza de seu subsolo.

### DA MINERAÇÃO E DA METALURGIA

A mineração e a metalurgia são intensivas de capital e de tecnologia, com baixa geração de empregos. Os seus benefícios seriam mais duradouros e melhor distribuídos se houvesse uma política que determinasse um processo de desenvolvimento industrial integrado, que bem utilizasse os insumos produzidos, assim como as facilidades da infraestrutura implantada.

A ausência dessa política tem feito com que a atividade econômica na região seja sempre pontual e com interesses específicos, muitas vezes predatórios. Mesmo quando são criados núcleos industriais de excelência, surgem os cinturões de pobreza com a decorrente degradação ambiental. Hoje, a situação torna-se mais crítica, pois com a transformação dos bens minerais em simples *commodities*, a imediata remuneração financeira do empreendimento prevalece sobre a necessidade de garantia de suprimento, como ocorreu em décadas passadas, tornando o empreendimento ainda mais temporário e volátil.

A mudança desse trágico destino histórico da Amazônia só será possível quando a conscientização de sua sociedade possibilitar ações que exijam de seus governos a atuação política, que, sem afugentar os investimentos, crie condições para um processo econômico socialmente mais aceitável.

Em seu livro, ao dar ênfase ao caso histórico do alumínio do Pará, Lúcio Flávio recupera um bom exemplo do que tem sido sua constante denúncia, infelizmente pouco ouvida e considerada por alguns como inconveniente.

Apesar das transformações ocorridas no cenário político-econômico mundial, seus artigos permanecem atuais. Até certo ponto, as conseqüências da exacerbação da globalização da economia e a idolatria do neoliberalismo político tornaram mais graves muitas de suas preocupações. Há o risco de que com a maior rapidez da sangria dos recursos dos países em processo de desenvolvimento, o day-after da Amazônia venha a ser ainda mais trágico, pois a omissão política persiste.

### OS GRANDES PROJETOS E A SUDAM

Lúcio Flávio transcreve palestra apresentada em seminário do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, onde com clareza é mostrada a parceria havida entre o governo federal, durante o domínio militar, e os interesses industriais estrangeiros, sejam americanos, canadenses ou japoneses. Dentro da visão geopolítica de ocupação da Amazônia a qualquer preço, os tecnocratas do governo entendiam que essa seria a melhor fórmula para se estabelecer o rápido crescimento econômico da região. Desta forma, não mediam esforços para oferecer vantagens aos investidores, seja arcando com a responsabilidade da infraestrutura,

seja oferecendo avais do tesouro aos empréstimos internacionais que alimentaram muitos sonhos megalomaniacos. Em ambos os casos, salvaram-se os investidores estrangeiros e a sociedade brasileira assumiu o ônus do pagamento das pesadas contas. Lúcio conclui: "A Amazônia é apenas uma vítima da nova divisão internacional do trabalho, paciente e não agente nesse processo".

Historicamente, a Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - teria sido criada para elaborar as políticas necessárias e dar suporte econômico, através de financiamentos ou de isenções fiscais, aos projetos que contribuíssem para o crescimento sustentado da Amazônia. Entretanto, essa missão ideal fracassou totalmente, menos pela falta de recursos, mas sim pela politicagem e pelo clientelismo, que sempre nortearam a aprovação da maioria de seus projetos. Sua política de "desenvolver" a região pela "pata do boi" foi responsável por incentivar grande parte da destruição da floresta tropical, principalmente no sudeste do Pará.

Lúcio Flávio, na comemoração dos 30 anos da Sudam, pela primeira vez teve a chance de viver "um momento de democracia, em um auditório marcado, em boa parte de sua história, pelo autoritarismo". O relato desse encontro - a palestra de Lúcio e o debate com o auditório - nos dá uma boa visão crítica do quem tem sido a atuação equivocada dessa agência de desenvolvimento.

Que não venhamos a lamentar que o livro de Lúcio Flávio também se transforme em simples palavras perdidas... ☞

*Breno Augusto dos Santos é geólogo, membro do Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).*

## Se dependesse da Cesp, lago seria formado sem compensações ambientais

A Companhia Energética de São Paulo (Cesp) espera a aprovação da licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para tentar derrubar a liminar que impede o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no rio Paraná. Em Congresso realizado em São Paulo no final do junho, o presidente da Cesp, Andrea Matarazzo, estimava fechar as comportas até meados de julho.

A liminar foi proposta pela Justiça Federal, em atendimento à ação cautelar impetrada em conjunto pela Procuradoria da República e Promotoria de Justiça de Presidente Prudente (SP), que impediram que o lago começasse a ser formado no final de maio, quando a maior parte das exigências ambientais ainda não estavam concluídas. Dia 26 de junho, as Procuradorias ingressaram com a ação principal, onde fazem mais de 20 pedidos de mitigação ainda não realizadas, e solicitam indenização por danos causados ao meio ambiente, que seria paga ao Fundo Estadual de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Segundo o promotor de Justiça do Meio Ambiente de Presidente Prudente, Nelson Roberto Bugalho, caso o Ibama conceda a licença ambiental serão tomadas as providências cabíveis. "Vamos entrar com Ação Civil Pública contra o Ibama e apurar responsabilidade penal de quem concedeu a licença, pois o próprio Ibama informou que essa não é a época propícia para o enchimento do lago", disse Bugalho. Para o procurador, há argumentos jurídicos suficientes até para derrubar a barragem, mas seria uma atitude extrema, por isso estão pedindo medidas compensatórias.

Porto Primavera deverá ser o maior lago artificial do país e inundará uma área de 2.250 Km<sup>2</sup>, ou 225 mil hectares. O estado mais afetado será Mato Grosso do Sul com 70% da área do reservatório. São Paulo terá 18% da área, enquanto 12% é hoje o leito do rio. A hidrelétrica, que deverá produzir em sua potência máxima 1.800 megawatts e energia

firme de 900 megawatts, tem um custo/benefício muito baixo. Basta dizer que terá sete vezes o tamanho da baía da Guanabara e três vezes o tamanho do lago de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em potência instalada.

Na avaliação do ambientalista Djalma Weffort, da Associação em Defesa do Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar (Apoena), se fosse planejada hoje, Porto Primavera não sairia do papel. Mas depois de 18 anos e muitos bilhões investidos é praticamente impossível impedir seu funcionamento. "A obra é ruim, mas sem a luta de ambientalistas seria muito pior. Conseguimos ao longo desses anos que tivesse escada e elevador para peixes (é a primeira barragem do país com essa estrutura), a redução da cota fixa de inundação de 259 para 257, salvando grandes áreas de varjão e queremos a criação de unidades de conservação nos cinco principais afluentes do Paraná - rios Verde, Taquaruçu e Bardo (MS), Aguapeí e Peixe (SP), já que se tornarão locais de migração de peixes e canais naturais de fuga para a fauna".

Segundo Weffort, já estão em estudos áreas nos rios Verde, Aguapeí e Peixe, mas falta ser protegida a área entre os rios Taquaruçu e Bardo, onde os ambientalistas reivindicam a criação de uma Estação Ecológica de 6.000 hectares.

"Entre as exigências ainda não cumpridas pela Cesp, estão a realocação de toda a população ribeirinha e ilhéus, o resgate de sítios arqueológicos (118 somente nas margens do rio Paraná) e da fauna", diz o ambientalista. ☞

*"Para, mar Na, parecido Para Rio Para Homem Para de matar Para de derrubar Para com a hidrelétrica..."*

*Djalma Weffort, em O Poeta Revela o Rio - "Tributo ao Rio Paraná"*

## NOVOS LIMITES PARA A TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

A Funai recolocou a última grande terra indígena da Amazônia em rota de demarcação. Depois de muitas idas e vindas, o estudo de identificação dos limites da Terra Indígena (TI) Vale do Javari recebeu a assinatura do presidente da Funai, Sulivan Silvestre, no último dia 26 de maio, abrindo a temporada de 90 dias para que interesses contrariados apresentem suas contestações ao trabalho produzido pelo órgão indigenista. De acordo com o novo estudo, a área passa a ter aproximados 8.457.000 hectares. Seu tamanho definitivo, no entanto, só será conhecido após a conclusão dos trabalhos de demarcação em campo - medida que depende de decisão exclusiva do ministro da Justiça.

Localizada no extremo oeste da Amazônia, a TI Vale do Javari é espaço vital de pelo menos 11 etnias (cerca de 4 mil índios), algumas delas desconhecidas. Por conta de seu isolamento e de sua proximidade com a fronteira peruana, há anos comporta denúncias de contrabando de recursos naturais, narcotráfico e de roubo de madeiras nobres. Articulados com o poder político local, os madeireiros compõem o mais renitente grupo opositor da demarcação da área. Há dois anos, entretanto, seus negócios enfrentam prejuízos, decorrentes da presença de bases de vigilân-

cia instaladas pela Funai para proteger grupos isolados. A última grande apreensão de madeira roubada (21 mil metros cúbicos) da Vale do Javari ocorreu em 1996, numa operação envolvendo o Ibama e a Polícia Federal.

Prevista para ser financiada com recursos do Projeto Integrado de Proteção das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), do PP-G7, a demarcação da TI Vale do Javari comporta números vultosos: serão instalados 118 pontos geodésicos, incluindo uma linha seca (limite não-fluvial) de 500 km ao sul. "Parece uma tripa de bodó", disse o líder Marubo Darci Comapa, do Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) sobre a sinuosidade do desenho da área feito pela Funai. Para ele, apesar da diminuição das invasões, a vigilância da Terra Indígena deve continuar: tão importante quanto fixar marcos ao longo de seus limites é estabelecer um programa de controle das embocaduras dos rios mais utilizados pelos madeireiros e outros intrusos. As previsões mais otimistas estimam que o início da demarcação física e administrativa da área deverá ocorrer no próximo ano, após superar o período de contestações e obter a declaração do ministro da Justiça. (MAG) ☞



O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor  
Neide Esterici (*presidente*),  
Eduardo Viveiros de Castro  
(*vice-presidente*), Carlos  
Frederico Marés de Souza  
Filho, Enrique Svirsky e Minka  
Bojadsen Capobianco

Secretários Executivos  
João Paulo Capobianco  
Marina Kahn (Adjunta)

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**  
Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo - SP  
tel: 55 11 825-5544  
fax: 55 11 825-7861  
internet:socioamb@ax.apc.org  
SCLN 210, bloco C, sala 112  
70862-530 Brasília - DF  
tel: 55 61 349-5114  
fax: 55 61 274-7608  
internet:isadf@tba.com.br

http://www.socioambiental.org

apoio institucional

**"A ESTA HORA EM QUE EU NÃO POSSO VER QUE TU ME OLHAS"****BETO RICARDO**

ARQUIVO CTI

Virgínia Valadão (13/08/52 - 02/06/98).

Virgínia foi a primeira filha de um casal de funcionários públicos, católicos, de classe média, do bairro de Perdizes em São Paulo. Cursos o primário vestindo saia pregueada azul marinho e camisa cor-de-rosa, com o emblema em alto relevo do tradicional Externato Assis Pacheco. Seguiu os estudos no Colégio de Aplicação, uma escola experimental vinculada à Faculdade de Filosofia da USP, e sua adolescência coincidiu com o período de agitação política marcado pelo AI-5 (1968) e o recrutamento da ditadura militar no Brasil. Sua liderança e "sensibilidade para o social", como se dizia naquela época, foram identificadas pelos recrutadores das organizações políticas que radicalizavam a luta contra o autoritarismo. Em 1970, aos 17 anos, caiu presa e amargou alguns dias na temível Operação Bandeirante, juntamente com outros companheiros, militantes juniores de um grupo de estudo e apoio da VAR-Palmares.

Formou-se em Ciências Sociais na Unicamp (1972/77), onde cursou pós-graduação em Antropologia (1977/79). Sempre residindo em São Paulo, juntou-se a um grupo de jovens antropólogos para fundar (1979) e dirigir o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), ONG que tem marcado de maneira positiva e inovadora a cena do indigenismo brasileiro.

Foi no CTI que Virgínia ancorou quase 20 anos de atividades relacionadas aos povos indígenas, seus direitos e suas formas de expressão. Apesar de ter abraçado uma causa que tradicionalmente corrói esperanças, sempre manteve ânimo e alegria de viver. Escreveu vários relatórios, pareceres, laudos e perícias, a maior parte não publicados, frutos de trabalho de campo com pelo menos uma dezena de povos indígenas: Xavante (MT/1977), Urubu-Kaapor (MA/1978), Nhambiquara (MT/1980 e 1986-90), Tembétenehara (PA/1980-81), Guarani (SP/1983), Tenharim (AM/1987), Enawenê-Nawê (MT/1990-95), Xokleng (SC/1991) isolados do Igarapé Omerê (RO/1995-96), Asurini do Xingu (1997).

Transitou entre temas variados: linguagem corporal, migração e chefia, liderança feminina, ritual, alternativas de desenvolvimento sustentável e, especialmente, o da territorialidade, sobretudo buscando o reconhecimento das terras de índios cada vez mais

encurralados pelo vendaval de falso progresso que detonou Rondônia nas três últimas décadas. Foi consultora do Banco Mundial na formulação do Projeto de Demarcação das Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL, 1992) e também a antropóloga responsável no processo de tombamento da Serra do Mar e preservação das vilas caiçaras de S. Paulo (1984/86).

**AUDIOVISUAIS**

O que ela mais gostava era criar roteiros para audiovisuais. Além de trabalhar com craques, como o maranhense Murilo Santos (de *Tenetechara*) e Vincent Carelli (de *Festa da Moça* e tantos outros), dirigiu ela mesma alguns vídeos. Para o público, o melhor trabalho disponível de Virgínia está em *YÁKWA - O Banquete dos Espíritos*. Trata-se de um longa (54'), em quatro partes, sobre o mais importante ciclo ritual dos Enawenê-Nawê, uma tribo aruak que vive de maneira tradicional no Mato Grosso. Um dos mais belos documentários sobre uma sociedade indígena contemporânea no Brasil, premiado no Japão (16° Tokyo Video Festival, 1995), em Salvador (ABA, 1996) e no Rio (12° RioCine Festival, 1996). Em maio deste ano concluiu seis curtas temáticos para compor uma exposição multimídia que marcaria a implantação do Museu dos Povos Indígenas em Brasília.

Virgínia morreu em casa, cantando Gil e Caetano no chuveiro, depois de uma sessão de Tai Chi na Praça do Pôr-do-Sol. A notícia me fulminou em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro. Eu e Fany havíamos estado juntos com ela, na mesma praça, na belíssima manhã do domingo anterior, conversando sobre a vida. Ela estava animada com o projeto de instalação que idealizara para a abertura do Museu em Brasília, preocupada com a situação dos índios diante da baixaria predatória que continua rolando em Rondônia e com o futuro profissional, diante da crônica insegurança financeira das ONGs. Cansada, como de resto todos nós que, com tantos sonhos, enfrentamos os limites dos financiamentos e a burocracia do mercado de projetos, falou com carinho da opção do filho Pedro pela Física e do bom desempenho da filha Rita numa escola de teatro do bairro.

A Antropologia perde uma trabalhadora de campo a serviço dos direitos e da expressão indígenas. O CTI perde o seu sinal de mais. Eu, como tantos outros, dona Verônica Tembê lá do Gurupi (MA), inclusive, perdi uma amiga querida que imediatamente me fez reler Pessoa, de onde tirei o título deste escrito (*Dois Excertos de Odes, 441.2, in Ficções do Interlúdio, Poesias de Álvaro de Campos*). ☞

**Agenda**

• Expo Amazônia 98 - 1ª Feira Internacional de Produtos Agroflorestais, Tecnologias Brandas e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, SP. De 25 a 29 de julho. Promoção do Grupo de Trabalho Amazônico, telefone (061) 322-3055.